



ALFABETIZAÇÃO E ANEMIA FALCIFORME: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA EM ALUNOS FALCÊMICOS

Gisele Sousa Araujo¹ Helaine Patrícia Ferreira²

¹Acadêmica do curso de Pedagogia, Campus Duque de Caxias- RJ, Universidade Cesumar- UNICESUMAR -PIVIC
giselesousaprof@gmail.com

²Orientadora do Departamento de Pedagogia, UNICESUMAR, helaine.ferreira@unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como tema a anemia falciforme e seus impactos na alfabetização. Objetivamos investigar as contribuições da consciência fonológica no processo de aquisição da leitura e da escrita em alunos falcêmicos. Para compor a investigação, inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica a partir de artigos científicos, capítulos de livros, leis constitucionais e manuais referentes à anemia falciforme e verificamos que existem estudos em torno da alfabetização em alunos falcêmicos, porém nenhum deles discorreu sobre o uso da consciência fonológica como possível potencializador na leitura e escrita desses alunos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que recorremos a capítulos de livros, documentos oficiais e artigos científicos, os quais nos permitiu a discussão teórica alusiva ao tema. Como aporte teórico nos alicerçamos em estudos de Sousa (2005), Bernardinho Júnior *et al.* (2006), Nonose (2009), Ribeiro (2011), Antunes, Freire e Crenitti (2013), Dias *et al.* (2013), Morais (2020), Soares (2020), Ferreira, Bandini e Bandini (2021), dentre outros. Mediante a pesquisa, evidenciamos a necessidade da mediação docente na condução do ensino, bem como o encaminhamento de práticas pedagógicas e a implementação de métodos que oportunizem às crianças falcêmicas condições objetivas de desenvolver-se plenamente.

PALAVRAS-CHAVE: Doença Crônica; Desenvolvimento da Linguagem; Habilidades fonológicas.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é um direito de toda criança. Legalmente instituído, prevê às etapas iniciais de escolarização o ensino da leitura e da escrita, bem como o uso social deste conhecimento. Durante o processo de alfabetização, crianças com doenças crônicas podem apresentar dificuldades na aquisição da leitura e da escrita.

Dentre as inúmeras doenças que acometem crianças está a anemia falciforme, de natureza hereditária e sanguínea, sua principal característica é a alteração no formato das hemácias que afetam a oxigenação do sangue. Diante desse quadro, alunos se ausentam da escola ou faltam às aulas em prol de tratamento, o que afeta o desempenho escolar, o progresso na alfabetização, conseqüentemente, procedendo na reprovação.

Isto posto, acreditamos na consciência fonológica como uma possível aliada do professor a subsidiar o processo de aquisição da leitura e da escrita de alunos falcêmicos, mesmo a um considerável índice de faltas, alçando a alfabetização na etapa estipulada.

No intuito de consolidar a pesquisa anunciada, elencamos como objetivo geral – investigar as contribuições da consciência fonológica no processo de aquisição da leitura e da escrita em alunos falcêmicos. Para desdobramento da investigação, estabelecemos como objetivos específicos: estudar a educação e a saúde no Brasil; conhecer as implicações da anemia falciforme na saúde e na aprendizagem da criança; verificar a importância da consciência fonológica na alfabetização de crianças falcêmicas.

Devido a rotina de tratamento da anemia falciforme, os alunos se ausentam das aulas, deixam de acompanhar as explicações dos conteúdos, faltam com a entrega de trabalhos e provas, o que acaba por comprometer a aprendizagem. Ao associarmos tal rotina com o período de alfabetização é notório que as dificuldades se acentuam e,



encontremos, ao final do ciclo de aquisição do sistema de escrita, crianças não alfabetizadas. Mediante a estas inquietações, pretendo investigar as possíveis contribuições da consciência fonológica na aquisição da leitura e escrita de alunos falcêmicos.

Diante de tais experiências, ressaltamos o quanto é relevante que os professores ofereçam e estimulem a percepção dos sons da fala para representá-los na escrita, além de inserir o letramento nas aulas de alfabetização, por meio de atividades que permitem a reflexão do som das sílabas, letras, rimas e aliterações. Tendo em vista essas reflexões e diante do atual cenário, problematizamos: crianças portadoras de anemia falciforme podem ser alfabetizadas? De que modo o professor poderá conduzir o processo de alfabetização destas crianças falcêmicas?

Impulsionados por essas problemáticas, acreditamos que o professor ao ser ativo e criativo em sua didática, por meio de atividades que estimulam a habilidade de reflexão da língua e de suas propriedades de escrita, através de jogos de formação de palavras, contagem das sílabas, identificação de rimas e aliterações, entre outros, poderá alfabetizar seus alunos com anemia falciforme mesmo a uma rotina escolar atípica.

Adotamos como aporte teórico os estudos de Paula, Mota e Keske-Soares (2005), Bernardinho Júnior *et al.* (2006), Ribeiro (2011), Antunes, Freire e Crenitti (2013), Morais (2020), Soares (2020), dentre outros que apontam evidências a respeito da consciência fonológica, além de apresentar diferentes formas de incluir esta habilidade na rotina escolar.

A pesquisa ora anunciada é classificada como bibliográfica, ou seja, “o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada” (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 2). Para compor a investigação realizamos uma revisão bibliográfica a partir de artigos científicos em bancos de dados públicos, sendo principal meio o Google Acadêmico e Scielo. Para selecionar os artigos foi necessário definir critérios de pesquisa, como artigos que abordassem de forma clara a anemia falciforme e seus impactos na vida escolar, bem como discorresse sobre alfabetização e letramento e a consciência fonológica.

No que tange a organização do trabalho, didaticamente, a pesquisa encontra-se estruturada em três partes. Inicialmente, apresentamos um breve panorama sobre a história da educação e da saúde infantil no Brasil, a fim de estudar os possíveis avanços quanto ao direito a educação e programas que visavam o atendimento e tratamento de doenças infantis. Na sequência, trazemos a anemia falciforme e o comprometimento escolar para investigar os impactos da doença na saúde da criança. Por fim, discorreremos acerca da alfabetização e do letramento, em específico, o uso da consciência fonológica em alunos falcêmicos no ciclo de alfabetização.

2 BREVE PANORAMA: EDUCAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL

A história da educação brasileira é caracterizada por momentos de conflitos e evoluções, inicialmente, datada pela chegada dos jesuítas e dos portugueses em território brasileiro. Estes povos, por sua vez, objetivavam catequizar os indígenas e escravos negros, transformá-los em mão de obra útil e espalhar o catolicismo no Brasil. Foi no século XVIII, com o apoio da coroa portuguesa, que Marquês de Pombal expulsa os jesuítas do âmbito educacional e a educação brasileira deixa de ter um ensino pautado na religião e fundamenta-se na valorização da ciência (ECKER *et al.*, 2019).

A mais recente Carta Magna (BRASIL, 1988), determina a educação como um dos direitos sociais, garantindo a educação básica como obrigatória e gratuita, organiza os deveres do poder público para promoverem este feito e permite o acesso à educação ao longo da vida. Ademais, a Constituição Federal de 1988 “[...] surge na jurisdição nacional concomitantemente à afirmação da educação como Direito Social e ambas se integraram



como estratégias do Estado para a garantia de direitos e inclusões” (ECKER *et al.*, 2016, p. 11).

A década de 1990 é considerada um marco na história da alfabetização por promover “a reorganização e a centralização, em nível federal, de políticas públicas para a educação e a alfabetização” (MORTATTI, 2010, p. 5), cujo objetivo consistia em aliar a teoria e a prática, a fim de obter a diminuição na taxa de analfabetismo. Dentre as correntes pedagógicas deste período, encontramos o construtivismo, uma teoria desenvolvida por “Emília Ferreiro na Universidade de Genebra, sob orientação do epistemólogo suíço Jean Piaget e com a colaboração de outros pesquisadores” (MORTATTI, 2010, p. 4).

Em suas investigações, Ferreiro e Teberosky (1999) observou como o processo de aquisição da leitura e da escrita ocorre na criança, ou seja, como a criança se alfabetiza. Segundo Libâneo (1985), para que haja êxito na prática do professor é necessário que ele ultrapasse o senso comum, e se baseie nas tendências pedagógicas para nortear e refletir sobre as ações didáticas. Para além de entender como a criança se apropria da leitura e da escrita, é fundamental compreendermos o contexto social vivenciado pelo aluno, o qual incluiu o direito à saúde.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001b), a anemia falciforme é uma doença hereditária que mais tem prevalência no Brasil, altera o formato da hemácia de arredondado para o de uma foice e, conseqüentemente, atrapalha a oxigenação sanguínea. De acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, ela tem origem na África, chegou em nosso território por meio dos escravos africanos e se caracteriza por complicações clínicas que afetam órgãos e sistemas comprometendo a qualidade de vida do portador, com crises álgicas, manifestações que afetam os ossos, o sistema circulatório, entre outros (BRASIL, 2001b).

Citamos Nonose (2009, p. 16) a qual afirma que “a escola tem papel importante na educação dos escolares que apresentam condição crônica de saúde” e menciona a anemia como uma das doenças prevalentes nas crianças, que se não tratada pode comprometer o desenvolvimento cognitivo, motor, perdendo a saúde física e mental “o que leva ao comprometimento do rendimento escolar” (NONOSE, 2009, p. 21).

Frente ao exposto, ratificamos a necessidade de ações conjuntas entre saúde e educação, de modo que os portadores de doenças crônicas tenham acesso à educação de qualidade durante todo o processo de escolarização

2.1 ANEMIA FALCIFORME E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE E NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Uma das características da anemia falciforme é o comprometimento da circulação de sangue nos vasos sanguíneos causando crises álgicas e lesões nos tecidos de forma crônica e progressiva. Importante esclarecer que as hemácias saudáveis são arredondadas, já as dos portadores de anemia falciforme são alteradas para a forma de foice. Tal alteração colabora para a formação mais rígida destas hemácias, as quais encontram dificuldades para circular pelos vasos sanguíneos mais finos, obstruindo-os e impedindo a circulação do sangue, logo, provocando microinfartos.

De acordo com Sousa (2005), em sua pesquisa de mestrado, após realizar entrevistas com crianças falcêmicas, observou que a doença, por vezes, as impede de ter uma vida normal, tendo como justificativa o fato de evitarem esforços contínuos para impedir as crises de dor, como explicitado no trecho a seguir:

Uma das entrevistadas não conseguiu descrevê-la respondendo com um longo silêncio e um choro sufocado. Uma dor muito ruim fica latejando assim tipo seu coração fica batendo assim...só que nas costas, nas pernas...uma dor insuportável, muito ruim (Teixeira Filho) - Dói! - Dói demais (José) - Quando eu tomei alguma



coisa gelada tem vez que dói. Porque eu sentia dor [...] na minha mão, né. Porque eu escrevo muito. - Dói. (Teresa) (SOUSA, 2005, p. 73).

Um estudo realizado por Dias *et al.* (2013), em relação ao desempenho escolar e ao processo de adaptação da criança falcêmica, mostrou que a metade das crianças escolhidas, no total 12, com idade entre 8 e 12 anos, já reprovaram uma ou mais vezes na escola. Um dos motivos relacionados às reprovações são as faltas recorrentes para consultas ao hemocentro, crises de dores e internações afetando diretamente sua rotina escolar. Corroborando com esta afirmação, Sousa (2005) em uma de suas entrevistas com crianças falcêmicas, relata sobre o grande número de faltas escolares devido às internações, como explicitado na entrevista de Joana:

Quando você foi reprovada, você internou muitas vezes? - Não. Só três ou quatro vezes. Eu não sei falar o tempo...- E ficou muito tempo? M - A primeira vez, sim. Dois meses e seis dias. - Ah, o ano passado? Em 2003? - Não. 2004.- Então foi esse ano agora? - fevereiro deste ano. - Eu fui internada com paralisia na perna. Aí depois fez drenagem. Eu vim pra casa depois... - Na mesma perna. Teve internada outra vez? Aí, quando você voltou dos dois meses, nem deu tempo de ir pra escola? - Não...Internou de novo (SOUSA, 2005, p. 80).

Como podemos evidenciar, a frequência escolar é um dos comprometimentos causados pela anemia falciforme e, como consequência, os alunos encontram dificuldades para compreender os conteúdos apresentados pelos professores. Por vezes, solicitam dos colegas, cadernos emprestados para copiarem os conteúdos explorados em aula, porém ficam sem a explicação dele. Além disso, não existe por parte do professor a preocupação em oferecer um outro instrumento avaliativo para compensar a nota daqueles que, mediante o quadro clínico vivenciado, não alcançaram a média. Devido à dificuldade em manter a frequência escolar bem como acompanhar os conteúdos propostos pela escola, é essencial que o acesso e a permanência de alunos com doenças crônicas sejam garantidos, independentes dos percalços vividos por consequência dos sintomas e tratamento. Ainda sobre a frequência escolar, porém com foco na alfabetização, Sousa (2005) relata em sua pesquisa de mestrado duas entrevistas que expressam um atraso significativo na série escolar causado pelas dificuldades relacionadas a anemia falciforme.

Qual série estuda? - Segunda. Sabe escrever. Sei não. Ler? - Não - Não aprendia. (Quando estava em Goiânia para tratamento.) E aí você fica sem aprender? - Hum, hum. Você ficou sempre na primeira série lá? - Foi. Ficou quatro anos na primeira série? - Foi. Por quê? - Porque eu tava praqui. (Goiânia) E quando você chegava lá? - Eu não acertava. - (sentia) Que eu não ia passar... - Que os outros iam passar e eu ia ficar... - Ficava triste. (Jacinta) (SOUSA, 2005, p. 79).

Infelizmente o processo de alfabetização também pode ficar comprometido devido às complicações da anemia falciforme. Nesse sentido, é importante que haja um elo entre a educação e a saúde para que alunos falcêmicos tenham êxito na alfabetização e encerrem o ano letivo com avanços na leitura e na escrita.

2.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CRIANÇAS FALCÊMICAS: A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

Respaldados em Soares (2020, p. 13), destacamos que “toda criança pode aprender a ler e a escrever”. Ao partir dessa premissa, consideramos pertinente abordar a nossa posição acerca dos conceitos de alfabetização e letramento, a fim de prosseguir discorrendo sobre a importância da consciência fonológica no processo de apropriação da linguagem pelas crianças.



Por alfabetização compreendemos a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, respeitando as regularidades e irregularidades da língua na escrita. Já por letramento a habilidade em utilizar a escrita em diferentes meios e contextos, ou seja, o uso social da língua em diversas situações pessoais.

Para promoção destas habilidades, faz-se necessário o comprometimento do educador com a aprendizagem dos alunos, oportunizando situações de estudo e a aplicação de sondagens que apontam a progressos das crianças. O uso de textos pode articular o alfabetizar e letrar, ou seja, a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, bem como o seu uso em práticas sociais cotidianas.

De acordo com Morais (2020), os textos são fundamentais em salas de aula desde a educação infantil, uma vez que possibilitam a comunicação social por meio da língua, ampliando a interação entre os indivíduos. Contudo, apenas a exposição aos textos não é o suficiente para o sucesso na alfabetização, é preciso intervenções reflexivas sobre a escrita para que a criança relacione o texto à sua realidade, trazendo sentido e significado ao seu processo de aprendizagem. A alfabetização não é um processo natural, portanto, precisa ser estimulada por meio de uma constelação de habilidades, entre elas, a consciência fonológica (CF).

Soares (2020, p. 77) define consciência fonológica como sendo “a capacidade de focalizar e segmentar a cadeia sonora que constitui a palavra e de refletir sobre seus segmentos sonoros”. Em outras palavras, é o movimento que a criança realiza quando reconhece as letras (grafemas) e as associa aos seus sons (fonemas), compondo, assim, os segmentos (pedacinhos) da palavra.

Nesta direção, encontram os estudos de Carraher e Rego (2013), a qual discorre sobre o realismo nominal. Nesta hipótese de escrita, a criança escreve fazendo relação ao significado e não ao significante, expondo características do significado, como, por exemplo, usar muitas letras para representar a palavra leão, já que este é um animal grande, e para borboleta, poucas letras, pois ela é pequena.

Segundo as autoras, a superação desta hipótese possibilita a evolução na consciência fonológica que engloba a consciência lexical (rimas e aliterações), consciência silábica (segmentação da palavra e sílabas) e a consciência fonética (fonemas). Todas essas habilidades podem ser exploradas por meio de textos, como cantigas, poemas, entre outros, juntamente a mediações pedagógicas que estimulem o aluno a refletir sobre os sons das palavras (CARRAHER; REGO, 2013).

Ao encontro dessa discussão, temos as pesquisas de Soares (2020), que retratam as hipóteses de escrita existentes no processo de alfabetização, sendo denominadas: pré-silábico (aluno não faz associação entre letra e som, podendo usar garatujas, desenhos e letras que não representam as palavras), silábico (se divide em duas fases: sem e com valor sonoro. Na primeira o aluno usa uma letra para cada sílaba da palavra, porém sem relação com o som das sílabas, e a segunda quando o aluno usa vogais e letras mais perceptíveis na fala para escrever as sílabas), silábico alfabético (quando o aluno ora apresenta vestígios da hipótese silábico com valor sonoro e ora já apresenta avanços ao utilizar fonemas que representam a palavra) e alfabético (aluno faz relação entre letra e som com mais autonomia, contudo ainda pode apresentar trocas ortográficas).

É notório que cada hipótese apresenta suas características que expressam avanços na leitura e escrita. Ao relacionarmos com o uso da consciência fonológica, como exposto em Morais (2020), o qual apresenta a diferença dos avanços de duas turmas, uma que recebeu intervenções de consciência fonológica por meio de jogos e a outra que seguiu com as suas atividades “normais”. Durante o processo de pesquisa, o autor realizou três sondagens diagnósticas ao longo do ano letivo, sendo estas realizadas em março, agosto e dezembro. Ao analisar as evoluções dos alunos de duas turmas (sem/com jogos de CF), percebe-se que a turma que recebeu intervenções de CF apresentou maiores progressos



do que a que não teve a reflexão fonológica durante as aulas, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Distribuição percentual dos avanços na escrita dos alunos

	Março	Dezembro
Turma sem jogos	30% pré-silábicos	20% pré-silábicos
Turma com jogos	55% pré-silábicos	5% pré-silábicos
Turma sem jogos	0% alfabéticos	10% alfabéticos
Turma com jogos	0% alfabéticos	25% alfabéticos

Fonte: Elaborada pela autora (2022), baseada em Morais (2020, p.107).

Em março, 55% desses alunos estavam na hipótese pré-silábica e ao final do ano, em dezembro, somente 5% desses alunos encontravam-se nesta fase de escrita. Cenário diferente da turma que não teve acesso aos jogos de CF, em março ela tinha 30% dos alunos na hipótese pré-silábica e em dezembro 20% dos estudantes ainda permaneciam nesta fase. Ademais, pode-se observar que na turma com jogos de CF não tinham alunos alfabéticos em março, porém em dezembro 25% desses alunos se encontravam nesta fase, apresentando um avanço significativo nas fases de escrita aliadas às mediações pedagógicas por meio da consciência fonológica. A turma que seguiu sem essas mediações teve 10% dos alunos na hipótese alfabética na sondagem de dezembro.

Nesta direção, citamos Soares (2020), a qual também aborda evoluções na escrita, em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental que teve 88% dos alunos alfabéticos e silábicos alfabéticos ao final do ano letivo. Tal resultado se alcançou por meio de intervenções fonológicas acompanhadas pela autora, como o direcionamento na reflexão das cadeias sonoras das palavras.

Diante dos números apresentados, enfatizamos a importância do professor ser um orientador ativo no processo de alfabetização, identificando por meio de sondagens diagnósticas a fase de escrita de cada aluno e estruturar as intervenções necessárias para que o estudante compreenda a relação entre grafemas e fonemas, a fim de ler e escrever com autonomia.

Dentre as possibilidades de intervenção, citamos o uso da consciência fonológica, considerada fator positivo por Paula, Mota e Keske-Soares (2005), Bernardino Júnior *et al.* (2006), Antunes, Freire e Crenitti (2013), Soares (2020), Morais (2020) e Ferreira, Bandini e Bandini (2021), para a superação do realismo nominal, as contagens silábicas “pedaço” da palavra, avançando da hipótese pré-silábica para a hipótese alfabética.

O trabalho com a consciência fonológica também influencia na leitura, pois a observação e análise das cadeias sonoras por meio de jogos de rimas, aliterações e formação de palavras/frases amplia o vocabulário e a reflexão sobre o sistema de escrita alfabética. Comungando desses ideais, estão os estudos de Bernardino Júnior *et al.* (2006), que avaliou o desenvolvimento da aquisição da leitura e da escrita em quatro crianças do 1º ano do Ensino Fundamental, as quais não sabiam ler e escrever. Durante os meses de sua pesquisa, realizou intervenções que estimulavam a consciência fonológica que, por sua vez, impulsionavam a análise fonêmica das palavras, como as rimas e aliterações. Ao final da investigação, observou que as crianças “mostraram aceleração imediata na aquisição de leitura e escrita [...] os resultados que apontam que a instrução direta para promover habilidades de consciência fonológica, além de promover estas habilidades, tem efeito também sobre a aquisição de leitura e escrita” (BERNARDINO JÚNIOR *et al.*, 2006, p. 443).

Corroborando com a discussão, citamos Ribeiro (2011, p. 104) que postula

É mister que a criança reflita conscientemente sobre a estrutura fonológica de sua língua, o que não é uma tarefa simples, a fim de que a aquisição da leitura e da escrita aconteça com maior facilidade. É preciso, para isso, que se introduza no



ensino formal atividades que contribuam para o desenvolvimento da consciência fonológica associadas a regras de correspondência entre fonemas e grafemas.

É evidente que o ensino da CF pode auxiliar os estudantes a avançarem na escrita e na leitura, por isso tal habilidade é trazida como possibilidade de ajudar os alunos portadores de anemia falciforme, uma vez que eles, infelizmente, como já exposto, precisam se ausentar da escola por motivos de acompanhamentos médicos e internações hospitalares, ou até mesmo por crises de dores, comprometendo assim sua frequência escolar (BRASIL, 1988).

Neste sentido, aos alunos falcêmicos em ciclo de alfabetização, intenciona-se estimular a CF, de modo que progridam nas hipóteses de escrita e na leitura, para que mesmo com as demandas hospitalares possam ter a oportunidade de se alfabetizarem dentro do período regular, 1º e 2º do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018).

Diante dos estudos e dos indícios apontados nas pesquisas analisadas, é notório a contribuição da consciência fonológica no processo de alfabetização, dado que estimula a reflexão das cadeias sonoras, propiciando a compreensão do sistema de escrita alfabético, mesmo em alunos que apresentam dificuldades de acompanhar a rotina escolar. De tal modo, oferecendo a oportunidade a alunos, portadores de anemia falciforme, se alfabetizarem nos anos iniciais de escolarização e dentro do período estipulado pela Base Nacional Comum Curricular, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental I, além de constituírem-se enquanto sujeitos em formação nesta sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo desenvolvido e diante do objetivo proposto – investigar as contribuições da consciência fonológica no processo de aquisição da leitura e da escrita em alunos falcêmicos, evidenciamos que crianças portadoras de anemia falciforme apresentam prejuízo escolar devido ao tratamento exposto e a necessidade em ausentarem-se das aulas.

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação é um direito de todos e, portanto, dever do Estado e da família. No entanto, não é isso que acompanhamos quando nos referimos as crianças portadoras de anemia falciforme. Tais estudantes encontram-se matriculados, porém, o direito a ser alfabetizado não é garantido, uma vez que nenhum atendimento diferenciado é proposto tendo como intenção auxiliá-los no processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Ao nos reportarmos a anemia falciforme e a alfabetização, torna-se evidente a necessidade da mediação docente na condução do ensino, bem como o encaminhamento de práticas pedagógicas e a implementação de métodos que oportunizem às crianças falcêmicas condições objetivas de desenvolver-se plenamente.

A história da alfabetização no Brasil percorre alguns séculos, teve início com a catequização, após a chegada dos portugueses, e vivenciou vários métodos, dentre eles a reflexão das cadeias sonoras da fala, a consciência fonológica (CF).

Segundo Soares (2020) e Morais (2020), o uso da consciência fonológica em sala de aula pode colaborar com o processo de ensino, possibilitando aos alunos avançarem em relação a aquisição da leitura e da escrita. Nesta direção, encontram-se os estudos de Paula, Mota e Keske-Soares (2005), Bernardino Júnior *et al.* (2006), Ribeiro (2011), Ferreira, Bandini e Bandini (2021), Antunes, Freire e Crenitti (2013), os quais investigaram as contribuições da CF em alunos com necessidades educacionais, em que após intervenções fonológicas alunos obtiveram avanços na linguagem escrita. Antunes, Freire e Crenitti (2013), por exemplo, relatou em sua pesquisa o caso de 8 crianças em fase inicial de alfabetização, ou seja, na hipótese pré-silábica que após encaminhamentos com a CF



avançaram em relação aos níveis de escrita, restando apenas uma criança na hipótese inicial.

Como vemos, é possível impulsionar os alunos falcêmicos no processo de alfabetização adotando como uma das práticas docentes a consciência fonológica. As pesquisas analisadas evidenciam o alto índice de aprovação de estudantes que tiveram acesso a capacidade de refletir sobre os segmentos sonoros da fala, retirando-os da posição de alunos com dificuldades no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética.

Frente ao exposto, consideramos pertinente a adoção, pelo professor, da consciência fonológica como estratégia didática na condução do ensino da leitura e da escrita de alunos portadores de anemia falciforme, uma vez que por meio de jogos e atividades intencionais é possível visualizar progressos significativos nas hipóteses de escrita de estudantes falcêmicos, que diante do tratamento exposto apresentam comprometimento escolar ou tornam-se alunos propensos às reprovações, com dificuldades em acompanhar a turma.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Livia Gonçalves; FREIRE, Thais; CREINITI, Patrícia Abreu Pinheiro. Programa de Remediação Fonológica em Escolares com Sinais de Risco para Dificuldade de Aprendizagem. **Distúrbios Comuns**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 225-236, ago. 2013. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002743084>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BERNARDINO JÚNIOR, José Antonio et al. Aquisição de leitura e escrita como resultado do ensino de habilidades de consciência fonológica. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 12, n. 3, p. 423-450, dez. 2006.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: SEESP, 2001a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de doenças mais importantes por razões étnicas da população brasileira afrodescendente**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de anemia falciforme para agentes comunitários de saúde**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2008 (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CARRAHER, Terezinha Nunes; REGO, Lúcia Lins Browne. O realismo nominal como obstáculo na aprendizagem da leitura. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 39, p. 3-10, nov. 2013.



Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1614>. Acesso em: 9 dez. 2022.

DIAS, Tatiane Lebre *et al.* A saúde da criança com doença falciforme: desempenho escolar e cognitivo. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 22, n. 49/2, p. 575-594, maio/ago. 2013.

ECKER, Daniel Dall'igna *et al.* A construção do Direito Social à educação no Brasil: jesuítas, soberanos, liberais, conservadores, políticos e intelectuais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 865-889, jul./set. 2019.

ECKER, Daniel Dall'igna. **A educação e a Política Nacional da Assistência Social**: uma análise sobre o direito à educação no Brasil. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, Layse Maria dos Santos; BANDINI, Carmen Silvia Motta; BANDINI, Heloisa Helena Motta. Treinamento de consciência fonológica para pessoas com necessidade educacionais especiais no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, p. 1-22, 2021.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Revista da Associação Nacional de Educação**, Caxambu, v. 3, p. 11-19, 1985.

MORAIS, Artur Gomes de. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, ago. 2010.

NONOSE, Eliana Roldão dos Santos. **Doenças crônicas na escola**: um estudo das necessidades dos alunos. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

PAULA, Giovana Romero; MOTA, Helena Bolli; KESKE-SOARES, Márcia. A terapia em consciência fonológica no processo de alfabetização. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 17, n. 2, p. 175-184, maio/ago. 2005.

RIBEIRO, Volney da Silva. Consciência fonológica e aprendizagem da leitura e da escrita: uma análise dessa relação em crianças em fase inicial de alfabetização. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 100-116, ago./dez. 2011.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, Campinas, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.



SOUSA, Eulange de. **O processo educacional e as crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme**. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.